

Ano 1 nº 8

JUSTIÇA CIDADANIA



Dos crimes contra a
Ordem Tributária

A Politização do Judiciário
e suas conseqüências

Direito do Consumidor
no Limiar do Século XXI

EDITORIAL

Inominável desperdício

**Aposentadoria
Compulsória
abre lacuna no Judiciário
do Rio de Janeiro**



Em defesa da Amazônia e da Cidadania

Todos sabemos que o problema não é de um burocrata como o Ministro da Fazenda a serviço do Fundo Monetário Internacional. O problema não são os burocratas nem os tecnocratas que infelizmente estão dentro do Palácio do Governo e aqui no Congresso Nacional. Há uma falta de sensibilidade e visão em quem caberia defender os interesses nacionais para enxergar uma verdadeira guerra no Brasil. O problema não é o vidro quebrado pelo MST. Todos sabem que o MST disse que não o quebrou. O problema, de fato, é que a elite política e econômica deste País não quer visualizar a guerra civil que está acontecendo, a guerra silenciosa que mata milhares de pessoas de fome, que leva milhares de famílias ao consumo de drogas, que joga milhares de brasileiros na marginalidade como último refúgio.

Ontem, no Rio de Janeiro, no auge de sua indignação por verem seus filhos assassinados, centenas de pessoas desceram o morro, onde moram, para mostrar ao Brasil que, mais cedo ou mais tarde, as instituições passarão a tremer. Essas são sinalizações dadas pela sociedade civil organizada, pelo povo brasileiro, submetido à fome, à miséria, ao sofrimento, mas, infelizmente, o Congresso Nacional e o Governo Federal não as entendem.

Eu gostaria de trazer a esta Casa parte de um debate sobre a reforma do Código Florestal aprovada pela Comissão Mista do Congresso. Nossa companheira Marina Silva, que há muito tempo acompanha este debate na Casa, já nos contemplou com os aspectos técnicos, os aspectos ambientais, mostrando-nos todos os mecanismos estritamente competentes voltados para o desenvolvimento sustentável, para o manejo responsável da floresta, bem como as possibilidades concretas de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda, por meio da responsabilidade com o meio ambiente.

Declarações feitas por alguns membros da bancada ruralista dão

A nossa Editoria — comungando com o pensamento e as expressões da Senadora HELOISA HELENA, no discurso proferido na sessão de 16 de maio p.passado, no Senado Federal, sobre a REFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL, — faz a sua transcrição por considerá-lo de alta significação cívica e patriótica em defesa do patrimônio da Nação, servindo, inclusive e principalmente, como alerta e prevenção dos inalienáveis direitos da nossa cidadania e inviolabilidade do território nacional.

conta de que tudo o que está acontecendo ao meio ambiente é resultado da conspiração de algumas ONGs internacionais que querem possibilitar a invasão americana na nossa Amazônia.

Não tenho dúvida disso, até porque compartilho inteiramente das preocupações com a nossa Amazônia e não de forma aleatória. Há várias declarações de Chefes de Estado, que, de forma irresponsável, negam, inclusive, a possibilidade de soberania no nosso País. Comentando a frase “A Amazônia é nossa!”, dizem que o meio ambiente é uma bandeira universal. Há várias declarações nesse sentido, mas somente algumas poucas foram anotadas.

Cito apenas alguns exemplos:

“Em 1989, o Senador Kasten, dos Estados Unidos, afirmou: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos”.

Em 1993, o Presidente Mitterrand e a Primeira Ministra da Noruega, Groo Harlem Brundtland, em ocasiões distintas, declararam, pública e explicitamente, que a importância da Amazônia para o Planeta é tão grande — frase do documento aprovado — que o Brasil não teria direito de soberania plena sobre ela, e que o status mais conveniente, em relação ao domínio sobre esta área, seria o da soberania relativa (ou limitada) ou ainda administração compartilhada”.

São frases das grandes nações (soberania limitada, soberania relativa, administração compartilhada), de muitos países do Primeiro Mundo que querem fazer uma intervenção direta em nossa Amazônia.

Em 1994, Gorbachev decla-

rou: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos mundiais competentes.”

Em 1996, defendendo a mesma tese de soberania limitada, vários diplomatas, inclusive o Secretário-Geral da ONU, em relatório oficial ao Conselho de Segurança da Organização, afirmou textualmente: “O tempo de absoluta e exclusiva soberania já passou. Agora, é tarefa dos líderes de cada país encontrar o equilíbrio entre as necessidades de seus governos e as exigências de um mundo cada vez mais interdependente.”

Não fica por aí!

A bancada ruralista, que tanto vocifera contra as ONGs, dizendo que conspiram contra o Brasil, é que está conspirando contra a soberania nacional quando desmoraliza a gestão pública em relação ao meio ambiente, apoiando um projeto irresponsável como esse. Então, é ela que tem conspirado contra a soberania nacional não apenas neste momento, porque a soberania nacional não é atingida apenas quando se trata da nossa Amazônia, mas também quando se dilapida o patrimônio público, que foi arrancado da gestão do povo brasileiro, com os procedimentos irresponsáveis da privatização.

Gostaria de ler um documento que diz:

“O Parlamento Europeu... aprovou uma resolução com fortes críticas... à falta de ações concretas para a preservação da floresta amazônica.”... “Não entendemos a demora do Governo brasileiro em aceitar o auxílio internacional” - o episódio de Roraima deixou claro palavras oficiais do Parlamento Europeu - que o Brasil não consegue enfrentar esses problemas sozinho”.

“Entre as quinze medidas elencadas pelo documento... está uma solicitação ao G-8... que proponha medidas concretas, a fim de agir conjuntamente com as Nações Unidas para lutar mais eficazmente contra a exploração abusiva e ilegal da floresta amazônica”. “Só o Governo brasileiro não é suficiente. Por isso, vamos propor uma ajuda interna. A Amazônia não é um problema só do Brasil. Mas um problema da humanidade...”, afirmava o representante do Parlamento Europeu. Recentemente, como para fazer eco ao ex-Primeiro-Ministro britânico, John Major, que já havia proclamado: “As nações desenvolvidas devem estender os domínios da lei ao que é comum de todo o mundo”.

A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright afirmou taxativamente que “quando o meio ambiente estiver em perigo, não há fronteiras”.

Já registrei no início do meu pronunciamento — da participação do Senador Sebastião Rocha e da Senadora Marina Silva na promoção de um debate extremamente importante sobre a possibilidade do desenvolvimento sustentável, do manejo responsável da floresta, das possibilidades de geração de emprego, renda e da produção de alimentos. Por tudo isso, sinto-me extremamente contemplada pelo debate realizado pelo Senador Sebastião Rocha e pela Senadora Marina Silva.

Apenas não poderia deixar de trazer a esta Casa a gigantesca preocupação que tenho em relação ao necessário debate sobre a soberania nacional. Todos sabemos que os norte-americanos já estão autorizados a instalar bases militares na América Latina: assim foi no Equador e está quase assegurada a autorização pelo Governo peruano. Também sabemos que existem aproximadamente cem marinheiros americanos sendo mobilizados em território peruano com a criação de uma escola de operações ribeirinhas, em convênio com a Marinha de Guerra do Peru, além de várias outras autorizações em outros locais. Há também a intervenção militar na Colômbia com a desculpa do combate à guerrilha ou ao narcotráfico — outra gigantesca irresponsabilidade. Diante de tudo isso, comentava com o Senador Tião Viana que devemos, ainda junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutir que papel terá a secretaria que está para ser criada, uma instituição com vida própria.

Quanto ao Tratado da Amazônia, sou completamente favorável, bem como quanto a vários tratados que o Brasil assina e à sua forma de operacionalizar es-

ses tratados; todavia, precisamos saber, efetivamente, como essa instituição operará, mesmo porque o Brasil já ofereceu um espaço de 330 m² no prédio do Ministério das Relações Exteriores e se dispôs a arcar com 35% dos gastos para manutenção do organismo. Até aí tudo bem! Contudo, declarações foram feitas que, no mínimo, servem para ficarmos atentos: “Não podemos considerar o acordo que temos como um escudo contra o mundo, mas como uma forma de interagir com a comunidade internacional”. “A secretaria a ser criada e constituída por todos os países que integram a Amazônia terá personalidade jurídica própria e internacional, com permissão para assinar acordos com instituições internacionais e com direito a voz nos fóruns, podendo tomar empréstimos internacionais em seu próprio nome”. Então, sabemos o que isso pode significar. Queremos saber se as decisões serão tomadas por consenso ou por maioria, pois sabemos a pressão monstruosa que os Estados Unidos e a Comunidade Européia exercem sobre países pobres da América Latina e como funcionam essas instâncias de decisão internacional. Então, não podemos deixar de lado a discussão em torno da soberania nacional, que já vem sendo golpeada a todo momento em função da política econômica do Governo Federal, que não tem como requisito irrenunciável a mesma soberania nacional; tem, sim, como requisito infame e próprio a subserviência ao Fundo Monetário Internacional.

Nada mais vergonhoso para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro do que o Presidente da República dizer que o tráfico de influência é algo legítimo, normal. Foi isto o que Sua Excelência fez quando estabeleceu, como moeda de troca nas votações, quer seja a nomeação para cargos no Governo, quer seja a discussão e votação do Código Florestal, ou seja lá o que for. Aliás, os resquícios da Lei de Segurança Nacional, que tanto reivindicam contra o Movimento dos Sem-Terra, deveriam ser aplicados contra Sua Excelência, o qual fez graves ameaças ao funcionamento das instituições, pondo efetivamente em risco a integridade territorial e a soberania nacional.

Sei que não deveríamos mais ter nenhum estorpecimento diante dos fatos porque, efetivamente, não são fatos novos.

Recordo-me do início da irresponsabilidade na Amazônia e também do Senador Lauro Campos, certa vez, falando sobre o Projeto Sivari. Quem não se lembra do projeto ilegal e imoral, montado

para entregar a uma empresa norte-americana a gestão? Quem não se lembra, inclusive, de outra empresa americana — E.E. Systems -, contratada para compartilhar serviços de espionagem com outra empresa, também americana, que tinha como presidente o coronel reformado do Exército dos Estados Unidos, com informações privilegiadas e sigilosas?

Não sei até onde o Congresso Nacional fará vergonhosamente parte desse processo de golpes contra a soberania nacional. Realmente, não entendo até quando o Congresso Nacional deixará o Governo Federal fazer deste País o que quer. São tantos os fatos e tantas as ações objetivas feitas contra a soberania nacional, como se o Brasil pertencesse ao Presidente da República. Não pertence, como também não pertence a nenhum partido politicamente isoladamente, e, sim ao povo brasileiro, que, nesse caso, tem de ser respeitado, ao menos nos limites que a Constituição Nacional, exige.

Assim, deixo mais uma vez este protesto, para que o Governo Federal e a bancada ruralista não conspiram mais ainda contra a soberania nacional, como estão fazendo, a partir do momento que desmoralizam muito mais a possibilidade de o Brasil dar conta da sua gestão ambiental, efetivamente a Amazônia sejam consolidados.



Senadora Heloisa Helena